

11 A 13
DE DEZEMBRO
DE 2024

EVENTO PRESENCIAL
NA UFRPE RECIFE



2º Congresso Internacional de Agroecologia
e Desenvolvimento Territorial (CIADT)
11º Seminário de Agroecologia e
Desenvolvimento Territorial (SEADT)

TEMA

Agroecologia política, sistemas alimentares e transições agroecológicas



A Agricultura Familiar e Sua Importância na Segurança Alimentar e Nutricional no Território do Agreste

Paulo Bandeira De Lima. Doutorado em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial. Universidade Federal Rural de Pernambuco E-mail: pblima751@gmail.com

Linha de Pesquisa: Convivência com o Semiárido, Inovações Sociotécnicas e Desenvolvimento

1 Introdução

Esse trabalho é fruto das discussões realizadas nas disciplinas oferecidas pelo Doutorado em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial (PPGADT/UFRPE), sobre o tema de produção alimentar a partir da segurança alimentar no Estado de Pernambuco com um olhar no Território do Agreste Setentrional pernambucano na importância da Agricultura Familiar para a segurança alimentar é fundamental não apenas para os agricultores familiares, mas para toda a sociedade.

A segurança alimentar é um direito humano básico e está diretamente relacionada à capacidade de um país em produzir alimentos suficientes e acessíveis para sua população. A agricultura familiar, com sua produção diversificada e sustentável, pode ser uma solução eficaz para alcançar esse objetivo, especialmente em regiões rurais e em desenvolvimento (Leão, 2013).

Na atualidade vivenciamos outro padrão cultural, econômico e social, porém com resquícios das circunstâncias inadequadas que foram se acumulando ao longo dos tempos e em algumas condições ampliam as desigualdades. E, como em todo processo de transição, encontramos atualmente, no Estado, situações de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) demonstradas em evolução.

A agricultura familiar¹ promove a sustentabilidade ambiental por meio de práticas agrícolas que preservam os recursos naturais e a biodiversidade. Essas práticas são essenciais para enfrentar os desafios das mudanças climáticas e garantir a resiliência dos sistemas agrícolas. Portanto, entender e valorizar a importância da agricultura familiar é crucial para a construção de um futuro mais justo, sustentável e seguro do ponto de vista alimentar (Albani; Cousin; Dickmann, 2022).

A segurança alimentar é o direito de todos terem acesso a alimentos de qualidade e em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais.

Para garantir a segurança alimentar, é importante:

- disponibilizar alimentos;
- assegurar o acesso das pessoas aos alimentos;
- promover um consumo adequado do ponto de vista nutricional;
- respeitar a diversidade cultural;
- articular políticas de segurança alimentar e nutricional com outras políticas sociais;
- capacitar e educar sobre segurança alimentar e nutricional.

Em agosto de 2024, o governo estadual anunciou a autorização de mais de R\$ 500 mil em investimentos nos serviços socioassistenciais e de segurança alimentar das cidades do Agreste Setentrional (Sigas.pe.gov.br). A pergunta norteadora é de onde vem a produção de alimentos? Qual o papel social do Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional no município?

2 Referencial teórico

A agricultura familiar é uma prática milenar que envolve pequenos produtores rurais, responsáveis por uma parcela significativa da produção de alimentos no mundo. Este tipo de agricultura caracteriza-se pelo uso de mão de obra predominantemente familiar, com pequenas propriedades e um cultivo diversificado que respeita o meio ambiente (Delgado; Bergamasco, 2017).

Em muitos países, a agricultura familiar é a espinha dorsal da produção agrícola, contribuindo de maneira substancial para a segurança alimentar e nutricional das populações e em muitos países, a agricultura familiar é a espinha dorsal da produção agrícola, contribuindo de maneira substancial para a segurança alimentar e nutricional das populações (Delgado; Bergamasco, 2017). No Brasil, de acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e

¹ A agricultura familiar é um modelo de produção agrícola onde a família é responsável pela gestão e pela maioria da mão de obra. A agricultura familiar é caracterizada por propriedades que não ultrapassam quatro módulos fiscais.

Estatística –(IBGE), a agricultura familiar responde por cerca de 70% dos alimentos que chegam às mesas dos consumidores brasileiros, incluindo produtos como (*feijão, milho, mandioca hortaliças, leite*), entre outros (EMBRAPA, 2017).

A propósito, com base em dados fornecidos pelo Governo Federal em 2018, a agricultura familiar no Brasil se destacava como a oitava maior produtora de alimentos do mundo e a principal no país. Atualmente, ela é responsável por 87% da produção de mandioca, 70% do feijão, 60% do leite, 59% do rebanho de porcos, 50% das aves e 46% do milho consumido pelos brasileiros (Val, 2019).

O programa Bom Prato, do governo do estado de Pernambuco, faz parte do programa Pernambuco Sem Fome. (Sigas.pe.gov.br).

A Cozinha Comunitária é uma ação do governo de Pernambuco, em parceria com municípios, que garante alimento de qualidade às famílias em vulnerabilidade alimentar e social, por intermédio do Programa Bom Prato. Este ano já foram inauguradas 39 cozinhas, subindo para 94 o número desses equipamentos em funcionamento no estado, servindo refeições diariamente. A Cozinha Comunitária é executada pela Secretaria Executiva de Assistência Social (SEASS), a qual é ligada à Secretaria de Desenvolvimento Social, Criança, Juventude e Prevenção à Violência e às Drogas (SDSCJPVD). (Sigas.pe.gov.br).

O Programa Bom Prato faz parte dessa iniciativa de cofinanciamento pactuado em 2023 para alcançar a meta de 156 cozinhas instaladas em 154 municípios pernambucanos. A parceria entre governo e município garante a estrutura e a manutenção dos equipamentos, além de apoio técnico para operacionalização das cozinhas. O governo estadual fornece R\$ 50 mil para a compra de equipamentos e insumos iniciais, e ainda garante o repasse mensal oriundo no valor de R\$ 20 mil para manutenção das cozinhas. As transferências acontecem através do fundo estadual da assistência social. (Sigas.pe.gov.br).

O Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) cadastra os beneficiários nos seus municípios para terem acesso a uma refeição nutritiva e de qualidade. Para 2024, os esforços serão para cumprir o restante da meta pactuada em 2023, além de fazer nova pactuação, numa perspectiva de erradicar a fome em nosso estado. Segurança alimentar e nutricional fazem parte de um bom prato. A agricultura familiar pode contribuir para a segurança alimentar, pois além de produzir para o autoconsumo, também produz excedentes que podem ser utilizados para gerar segurança alimentar localmente.

A insegurança alimentar moderada foi maior no Nordeste, mas foi associada à pobreza, à falta de poder aquisitivo, agravada pela volatilidade e alta dos preços dos alimentos, pode ser mais impactante do que a disponibilidade de alimentos para a permanência do problema.

Quem pode participar?

As Cozinhas Comunitárias são direcionadas a municípios que apresentem elevado número de pessoas em situação de miséria ou pobreza. O que são Cozinhas Comunitárias? São equipamentos públicos de segurança alimentar e nutricional, implementados em parceria com os governos de estado, municípios ou distrital e financiados com recursos públicos. Foram investidos nos municípios do território do Agreste Setentrional, algumas cozinhas comunitárias, conforme tabela abaixo:

Quadro 1 – Cenário das cozinhas comunitárias no estado de Pernambuco 2024.

Cozinhas funcionando	Cozinhas em implantação
02 Bom Jardim	01 Limoeiro
01 Casinhas	01 Vertente
01 Cumaru	01 Frei Miguelinho
01 Feira Nova	01 João Alfredo
01 João Alfredo	01 Vertente do Lério
01 Machados	01 Surubim
01 Orobó	
01 Passira	
01 Salgadinho	
01 Santa Cruz do Capibaribe	
02 São Vicente Ferrer	
01 Surubim	
02 Taquaritinga do Norte	

Fonte: Elaborado pelo autor, 2024.

Estes equipamentos de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) é parte das ações desenvolvidas pelo Ministério de Desenvolvimento Social visando à promoção da segurança alimentar e nutricional e o combate à fome, através do acesso à alimentação adequada. (MDS, 2024).

As Cozinhas Comunitárias têm por objetivo produzir e disponibilizar, gratuitamente, refeições adequadas e saudáveis, prioritariamente para pessoas em situação de vulnerabilidade e risco social e de insegurança alimentar e nutricional indicadas pela assistência social. Elas fornecem no mínimo 100 refeições por dia, devendo funcionar no mínimo durante 5 dias na semana, a fim de garantir que os grupos atendidos possuam alimentação em quantidade e qualidade adequadas (MDS, 2024).

Quais são os objetivos das Cozinhas Comunitárias?

- Ampliar o acesso à alimentação, através da distribuição ou comercialização de refeições saudáveis, balanceadas e saborosas.,

- Estimular a cidadania, através do convívio da comunidade em ambientes adequados e de atividades de inclusão social produtiva, fortalecimento da ação coletiva e da identidade comunitária.
- Promover ações de Educação Alimentar e Nutricional. (MDS, 2024).

Quem pode acessar as Cozinhas Comunitárias?

O acesso aos serviços das Cozinhas Comunitárias é universal. Contudo, suas atividades foram idealizadas para o atendimento de indivíduos referenciados nos serviços de assistência social, como os Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), através do Decreto n.º 11.937 de 05 de março de 2024, fica definido o serviço destinado prioritariamente a pessoas em vulnerabilidade socioeconômica e insegurança alimentar e nutricional. Grupos vulneráveis são, pois, priorizados, a exemplo de trabalhadores de baixa renda, idosos, desempregados, agricultores familiares oriundos de comunidades de baixa renda, populações desassistidas e situadas abaixo da linha de pobreza (MDS, 2024).

Desta forma, as cozinhas se localizam prioritariamente nas regiões periféricas das cidades, em áreas com grandes concentrações de população de baixa renda, podendo ser encontradas próximas a CRAS e Centro de Referência Especializado da Assistência Social (CREAS), de modo a atender os usuários destes serviços.

Qual a diferença entre uma Cozinha Comunitária e uma Cozinha Solidária?

A Cozinha Solidária se diferencia da Cozinha Comunitária porque é uma iniciativa da sociedade civil e estruturada pela comunidade local, que recebe doações de alimentos de parceiros institucionais² e doadores individuais. A partir deste momento, com a implementação do Programa Cozinha Solidária, essas iniciativas poderão receber uma ajuda de custo do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS), que passa a abraçar as iniciativas com apoio à manutenção da cozinha e ao fornecimento de alimentos. (MDS, 2023). O Governo Federal e a política de SAN.

A Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (SESAN/MDS), a partir de um compromisso de apoio às cozinhas solidárias em funcionamento no Brasil, inicia o PROGRAMA COZINHA SOLIDÁRIA.

² Associações beneficentes de moradores e associações de produtores rurais.

O Programa Cozinha Solidária, instituído pela Lei n.º 14.628/2023 e regulamentado pelo Decreto n.º 11.937/2024, tem por objetivo fornecer alimentação gratuita e de qualidade à população, preferencialmente às pessoas em situação de vulnerabilidade e risco social, incluída a população em situação de rua e em insegurança alimentar e nutricional.

São 2 mil cozinhas solidárias em funcionamento no Brasil, ofertando refeições e serviços a populações em vulnerabilidade social e em insegurança alimentar e nutricional, organizando uma grande rede de solidariedade. (MDS, 2023).

3 Metodologia

A metodologia e qualitativa interpretação dos fenômenos e a atribuição de significados são básicos no processo de pesquisa qualitativa. De acordo com Lakatos e Marconi (2010). O método caracteriza-se como pesquisa-ação, esse tipo de pesquisa, segundo Vergara (2000), define como:

[...] um tipo de pesquisa social concebida e realizada para a resolução de um problema, onde o pesquisador é envolvido no problema, trabalha de modo cooperativo ou participativo. No entanto, a participação isoladamente não pode ser vista como a característica principal da pesquisa-ação e sim a solução de um problema não trivial envolvendo a participação dos diversos atores do processo. Vergara (2000, p. 12).

Desta maneira, houve um planejamento para vivenciar todo o movimento nas comunidades no tocante a produção de alimentos e também junto ao conselho de segurança alimentar e a vivência nas cozinhas comunitárias do Agreste Setentrional, em especial na cidade João Alfredo foram realizadas visitas na cidade e em comunidades rurais produtoras de alimentos.

As visitas basearam-se em observar a qualidade dos alimentos que chegavam nas cozinhas comunitárias oriundos das comunidades, outro ponto importante foi participar das reuniões ordinárias dos conselhos municipais de segurança alimentar no território do Agreste Setentrional, o qual garante acompanhamento e fiscalização de ações que visem a segurança alimentar e nutricional das pessoas em vulnerabilidade social.

A pesquisa-ação foi desenvolvida de modo a definir os pontos de investigação foram acerca da produção de alimentos em quantidades e qualidades que chegam para as cozinhas comunitárias, qualidade dos alimentos servidos a população e o funcionamento dos Conselhos Municipais de Segurança Alimentar e Nutricional das cidades de João Alfredo e Passira a partir desses pontos abordados, as famílias produtoras de alimentos tem esse papel fundamental em

produzir alimentos e através da política pública do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), fornecer sua produção para as prefeituras. Conforme as exigências de adquirir alimentos de excelente qualidade as secretarias de desenvolvimento social, vão em busca de fornecedores locais.

Considerando as condições sociais, ambientais e econômicas, como também de conhecer melhor a dinâmica territorial, a história do lugar e das pessoas, os conselhos municipais de segurança alimentar têm um papel importante através da política pública transformando a vida das pessoas.

4 Resultados e Discussão

4.1 A produção de alimentos saudáveis nos sistemas agroalimentares nas comunidades rurais do território do agreste setentrional.

A produção de alimentos saudáveis nas mais diversas comunidades dos municípios do território do Agreste Setentrional, faz uma grande diferença, o território é responsável em produzir para além das cozinhas comunitárias, pois, ainda produzem para sete feiras de base agroecológicas³ que acontecem semanalmente, com isso adotaram manejos e aprendizado com convivência com o semiárido.

Quadro 2 – Relação de municípios com feira agroecológica no Agreste Setentrional pernambucano

MUNICIPIOS	DIA DE FEIRA AGROECOLÓGICA
João Alfredo	Segunda Feira
Feira Nova	Sexta Feira
Orobó	Quarta Feira
Bom Jardim	Sexta Feira e Sábado
Limoeiro	Sexta Feira
Vertentes	Quinta Feira
Surubim	Quarta Feira

Fonte: elaborado pelo o autor, 2024.

Observou-se que, após a implantação das feiras de base agroecológicas no território do Agreste Setentrional, as famílias agricultoras melhoraram seu hábito alimentar, só vai para as feiras o que não são entregues nas compras institucionais, com isso também melhoraram a diversificação da produção.

³ Feira de base agroecológica é um espaço de comercialização de produtos da agricultura sustentável, que estimula o consumo de alimentos saudáveis e a produção familiar.

São as políticas públicas que oferecem acesso a crédito, assistência técnica, infraestrutura e mercados, fundamentais para os agricultores familiares poderem aumentar sua produtividade e melhorar sua qualidade de vida. Programas de compras públicas, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) no Brasil, também são importantes, por garantirem um mercado estável para os produtos da agricultura familiar (Morais, M.; Morais; T.; Alves, 2022).

Fundamental reconhecer e valorizar o papel da agricultura familiar na segurança alimentar. Investir nesse setor não só melhora a qualidade de vida das famílias rurais, mas também fortalece a resiliência alimentar da sociedade. Apoiar a agricultura familiar é um passo essencial para alcançar um sistema alimentar mais justo, sustentável e equitativo, capaz de alimentar a população global de maneira saudável e sustentável (Arruda; Mascarenhas; Oliveira, 2023).

Figura 1 – Produtos das comunidades



Fonte: Autor, 2024.

4.2 As Cozinhas Comunitárias

Um papel importante é estimular a cidadania, através do convívio da comunidade em ambientes adequados e de atividades de inclusão social, fortalecendo a ação coletiva e da identidade comunitária. As cozinhas comunitárias são um espaço importante no município para as pessoas em estado de vulnerabilidade, a acessibilidade das pessoas cadastradas no sistema SUAS.

Figura 2 – Alimentos servido na cozinha comunitária.



Fonte: Autor, 2024.

4.3 Os Conselhos Municipais de Segurança Alimentar e Nutricional

Os Conselhos têm um papel importante em deliberar, fiscalizar e acompanhar diretamente os acontecimentos nas cozinhas comunitárias, na ocasião em que acontecem as reuniões ordinárias mensalmente e extraordinárias quando houver necessidade do coletivo. Ocorreu recentemente a adesão do município de João Alfredo ao Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, através da normativa nº 11 de 09 de outubro de 2024.

A título de valores investidos pelos governos Estadual e Federal, supera mais de seiscentos e cinquenta mil reais, para fortalecimento e funcionamento das cozinhas comunitárias. É notório o compromisso dos conselhos com essa dinâmica de organização local e territorial (MDS, 2023).

5 Conclusões

A agricultura familiar desempenha um papel indispensável na garantia da segurança alimentar, especialmente em países em desenvolvimento como o Brasil e em especial no estado de Pernambuco, por se localizar em uma região periférica no sistema econômico nacional. Com sua capacidade de produzir uma ampla variedade de alimentos, essa modalidade de agricultura não só alimenta as populações locais, mas também fortalece a economia local e territorial, promovendo a resiliência das comunidades rurais. É fundamental reconhecer e valorizar a importância das famílias agricultoras que, com dedicação e

conhecimento tradicional, sustentam uma parte significativa da produção de alimentos no estado.

A segurança alimentar e nutricional no território do Agreste Setentrional, tem tido grande evolução quanto na produção de alimentos saudáveis nas mais diversas comunidades, os municípios realizando e propondo as políticas públicas na área de desenvolvimento social, contribuindo e fortalecendo os conselhos municipais de segurança alimentar na prática do dia a dia. Dessa forma, ofertando alimentos de extrema qualidade para a população vulnerável que compõe nos municípios.

6 Referências

ALBANI, Ionara Cristina; COUSIN, Cláudia da Silva; DICKMANN, Ivo. Agricultura familiar e sustentabilidade. *Revista Ambiente & Educação*, v. 27, n. 1, p. 1-27, ago. 2022.

ARRUDA, André Felipe Soares de; MASCARENHAS, Giovanni Martins de Araújo; OLIVEIRA, Wanessa Honorato de. A agricultura familiar como alternativa: em busca de segurança alimentar e nutricional Interseções. *Revista de Estudos Interdisciplinares*, v. 25, n. 2, p. 1-15, mai./ago. 2023.

BRASIL. Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111326.htm. Acesso em: 01out. 2024.

BRASIL. Lei nº 14.628, de 20 de julho de 2023. Institui o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o programa Cozinha Solidária: altera as Leis nº 12.512, de 14 de outubro de 2011. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/_ato2023/2026. Acesso em: 03 nov. 2024

BRASÍLIA: Ministério de Desenvolvimento e Assistência Social, família e Combate à Fome, 2023. BRASIL. Lei nº 14.628, de 20 de julho de 2023. Brasília: Diário Oficial. Acesso em 22 nov.2024

BRASÍLIA: Ministério de Desenvolvimento e Assistência Social, família e Combate à Fome, 2024. BRASIL. Dec. 11.937 de julho de 2024 Brasília: Diário Oficial. Acesso em 22 nov.2024

DELGADO, Guilherme Costa; BERGAMASCO, Sonia Maria Pessoa Pereira. Agricultura familiar brasileira: desafios e perspectivas de futuro. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2017.

LAKATOS, Eva Maria. MARCONI, Marina de Andrade Fundamentos de metodologia científica 1. - 5. ed. - São Paulo: Atlas 2003. Bibliografia ISBN 85-224-3397-6

LEÃO, Marília. O direito humano à alimentação adequada e o sistema nacional de segurança alimentar e nutricional. Brasília: ABRANDH, 2013. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/seguranca_alimentar/DHAA_SAN.pdf. Acesso em: 21 out. 2024.

LIMA, João Pedro Ferraz, BESSA Ryan Rodrigues, SALOMÃO, Emidio Amador A Importância da agricultura familiar para a segurança alimentar; Revista Multidisciplinar do Nordeste Mineiro, v.9, 2024 ISSN 2178-6925.

MORAIS, Marcos Garcia Costa; MORAIS, Tâmara Laryanne Costa; ALVES, Francisco Paulo de Andrade. Programa de aquisição de alimentos (PAA): fortalecimento da agricultura familiar e promoção da segurança alimentar e nutricional. Brazilian Journal of Development, v. 8, n. 2, p. 13932-13941, feb. 2022.

RELATÓRIO DA 6ª CONFERÊNCIA ESTADUAL FOME, VOZES, DIREITOS E DEMOCRACIA: Diálogo Necessário para a Efetivação da Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional. “GENTE É PARA BRILHAR E NÃO PARA MORRER DE FOME” nov. 2023.

SIGAS.PE.GOV.BR: Programa bom prato. Acesso em: 23 out. 2024.

VAL, Adalberto Luís. Agricultura familiar tem papel essencial na garantia da segurança alimentar. Revista Cultivar, 2019. Disponível em: <https://revistacultivar.com.br/artigos/a-agricultura-familiar-tem-papel-essencial-na-garantia-da-seguranca-alimentar>. Acesso em: 25 out. 2024.

VERGARA, Sylvia C. Projetos e relatórios de pesquisa em administração. 3.ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2000.